

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA-ASCES/UNITA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATUAÇÃO DO GREENPEACE PARA PRESERVAÇÃO DA
AMAZÔNIA

DAIANE SILVA DAS CHAGAS

CARUARU

2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA-ASCES/UNITA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATUAÇÃO DO GREENPEACE PARA PRESERVAÇÃO DA
AMAZÔNIA

DAIANE SILVA DAS CHAGAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para conclusão do curso de Relações Internacionais da Faculdade ASCES/ UNITA, realizado sobre a orientação do Prof. Msc. Emerson Francisco de Assis.

CARUARU

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: **06/12/2016**

Presidente: Prof. Msc. Emerson Francisco de Assis

Primeiro Avaliador: Prof. Doutor Marconi Aurélio e Silva

Segundo Avaliador: Prof. Mestre Virgínia de Carvalho Leal

CARUARU

2016

AGRADECIMENTOS

Quero dar graças de todo meu coração primeiramente a Deus que é o Senhor da minha vida, pela sua infinita bondade e misericórdia me concedeu força de vontade, capacidade e discernimento para concluir este trabalho, que representa a finalização de uma etapa importante em minha vida.

Aos meus pais, José Francisco das Chagas e Ridinalva Silva das Chagas por todo o amor que sentem por mim, e por fornecerem em meio a tantas dificuldades o apoio necessário em meus estudos. Aos meus irmãos Dener, Danila e Duana pelo apoio e por acreditarem em mim. Agradeço também aos meus demais familiares que sempre me incentivaram a ingressar na vida acadêmica.

Ao meu namorado que esteve presente nesse momento aguentando minhas crises de choro, me fornecendo apoio, compreensão e estímulo em todos os instantes.

Aos meus queridos amigos os quais, tive oportunidade de conhecer em sala de aula Danielly, Everton, Jorzélia, Juliene Michael, Priscila e Vanessa, pelas risadas, companhia e pela disposição em ajudar, obrigada a todos.

Agradeço a todos os meus professores que deram o seu melhor e contribuíram com o meu aprendizado.

Ao meu orientador Emerson de Assis, por toda atenção, contribuição e dedicação durante a realização deste trabalho, e também pelo seu profissionalismo que merece minha admiração.

E por fim a todos que estiveram de alguma forma torcendo por mim, eu agradeço e peço que o senhor os abençoe!

RESUMO

O visível crescimento das organizações internacionais contribui para que se discuta acerca da atuação e da influência de tais atores diante da soberania dos Estados, como também, da capacidade que essas organizações têm de cultivar compromissos ao exercer atividades e estratégias para a realização de seus propósitos organizacionais. E para tanto, torna-se necessário compreender o real papel das ações promovidas por aqueles organizados sob a forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs). No entanto, em vista da atuação dessas organizações, o trabalho presente, tem como objetivo analisar o papel desenvolvido por essas OIs, e em suma verificar a atuação de uma das maiores ONG's, o Greenpeace, de modo a problematizar seu papel na região amazônica. Visto que, as mudanças climáticas são hoje um dos maiores desafios globais a ser resolvida pela sociedade contemporânea, esta pesquisa concentra-se em compreender as ações que o Greenpeace vem desenvolvendo na região Amazônia, em prol de sua preservação. Portanto, o trabalho divide-se em três partes no qual a primeira irá relatar a descrição e contexto histórico das entidades que atuam internacionalmente, incluindo também o chamado terceiro setor, na segunda a descrição e atuação da entidade internacional o Greenpeace, e a terceira, a atuação da mesma na região da Amazônia. Através de um estudo de caso, pretende-se analisar a atuação do Greenpeace na região da Amazônia, no qual, há a possibilidade de se realizar uma estratégia de busca mais abrangente e analisar os acontecimentos de forma mais clara por meio de dados bibliográficos.

Palavras-chave: Organizações Internacionais. Organizações Não- Governamentais. Greenpeace. Amazônia.

ABSTRACT

The growth of international organizations contributes to discuss performance and influence of people in act of State sovereignty, as well as the power that these organizations have to manage when engaging in activities and strategies for the realization of their organizational purposes. To summarize, it becomes necessary to understand the real role of the actions promoted by those in Non-Governmental Organizations (NGOs). However, in view of the performance of these organizations, the present work aims to analyze the role of these IOs and, in short, to verify the performance ((of one of the largest)) NGOs, Greenpeace, in order to work their main reason in the Amazon region. Since climate change's happening today and it's one of the greatest global challenges to be solved by contemporary society, this research focuses on understanding the actions that Greenpeace has been developing in the Amazon region, aiming its preservation. Therefore, the work is divided in three parts in which the first will report the description and historical context of the entities that act overseas, also including the second: the description and performance of the international entity Greenpeace, and the third: Its performance in the Amazon region. Through this case, we intend to analyze the performance of Greenpeace in the Amazon region, where it is possible to carry out more comprehensive search strategy and analyze events more clearly through bibliographic data.

Key words: International Organizations. Non - Governmental Organizations. Greenpeace. Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ASEAN – Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudoeste Asiático)
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CBI – Comissão Baleeira Internacional
- CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CITES – Convention on International Trade in Endangered (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas)
- CNUMA – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
- OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OGM – Organismos Geneticamente Modificados
- OIs – Organizações Internacionais
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONGs – Organizações Não- Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- SCG – Stichting Greenpeace Council (Fundação Greenpeace Conselho)
- SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
- UIA – Union of International Association (União das Associações Internacionais)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dicotomia entre o público e o privado

Figura 2. Mapa: bioma, Amazônia Legal e limite Panamazônica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ENTIDADES QUE ATUAM INTERNACIONALMENTE: ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (OIs) E ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMENTAIS (ONGS)	12
1.1 Considerações iniciais	12
1.2 Organizações Internacionais (OIs): conceito e histórico	12
1.3 Organizações não- governamentais internacionais (ONGIs): conceito e histórico	19
1.4 Terceiro setor	22
2. GREENPEACE	24
2.1 Definição e breve histórico do Greenpeace	24
2.2 Estrutura organizacional do Greenpeace	26
2.3 Atuação Internacional do Greenpeace	28
3. O GREENPEACE E A AMAZÔNIA: UM ESTUDO	34
3.1 Greenpeace no Brasil	34
3.2 Breve apontamentos sobre a região Amazônia	36
3.3 Atuação do Greenpeace para preservação da Amazônia	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

As organizações internacionais (OIs) devem ser compreendidas no contexto de sociedade internacional, visto que, ambas são associações de natureza intergovernamental que resultam da expressão da vontade dos Estados que as constituem e que delas fazem parte. Sendo assim, as OIs são formadas por Estados, e surgiram com a finalidade de ordenar e de pacificar as relações entre os mesmos, ou seja, é a forma mais institucionalizada de realizar cooperação internacional. A classificação das OIs pode ser em diferentes critérios, dentre os quais, distinguem-se as Organizações Não-Governamentais (ONG), que são grupos que exprimem solidariedade internacional de ordem privada e voluntária, sendo, um tipo particular da sociedade civil global, na qual, não podem ter personalidade jurídica internacional, já que, são registradas como entidades sem fins lucrativos.

Essas organizações, são atores pertinentes de conexão local, nacional e internacional, compostas por membros individuais ou coletivos de diversos países, que buscam objetivos em comum. No entanto, as ONGs são concebidas a partir do interesse de indivíduos, em atuar em questões voltadas para causas de natureza pública como direitos humanos, paz, proteção ambiental, ou mesmo, prover serviços específicos, como a ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento, sendo assim, uma iniciativa do setor privado, mas com característica de finalidade não lucrativa

No entanto, baseado nesta perspectiva de organizações internacionais, este trabalho tem por objetivo desempenhar o papel desenvolvido por esses atores, em suma, concentrar o papel desenvolvido por um grupo específico de organizações não- governamentais ambientalistas, ou seja, o Greenpeace, e assim, para contribuir com o estudo, a sua relevante atuação na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. E a partir deste estudo compreender que as ações do Greenpeace estão relacionadas a questões de preservação da natureza em âmbito global, e tratando-se da Amazônia, a organização está intrinsecamente ligada a esta região, no qual, a mesma, vem lutando para identificar as áreas de desmatamentos, como também vem realizando campanhas, de forma a chamar a atenção do público, para o reconhecimento emergente do problema.

Os objetivos específicos concentra- se em analisar as ações realizadas pela a organização não- governamental, o Greenpeace em prol da preservação da Amazônia, e assim identificar as soluções efetivas executadas pela entidade para os problemas causados pelo desflores-

tamento da região, e também examinar as estratégias utilizadas pra promover a comunicação como público alvo afim de chamar atenção para o problema em questão.

A metodologia utilizada ocorrerá através de um estudo de caso, porém, quando esses casos estão ligados pesquisas históricas e análises de informações, será possível analisar os acontecimentos de forma mais clara, como no caso da exploração sobre o papel das OIs, e em específico o papel do Greenpeace em uma região específica, como no caso da Amazônia. No entanto, através deste método de pesquisa, há a possibilidade de se realizar uma estratégia de pesquisa mais abrangente, através de dados bibliográficos.

Contudo, o motivo de se pesquisar o tema em questão, foi por ser tratar da maior floresta do planeta e um patrimônio brasileiro, que está sobre ritmo de destruição. E por isso, se faz necessário verificar a atuação do Greenpeace, que vem lutando para conter o desflorestamento realizado, como também diminuir a cadência do aquecimento global, e assim assegurar biodiversidade.

O presente trabalho divide- se em três capítulos, porém, o primeiro capítulo é mais conceitual e descritivo, visto que, define- se o que são as Organizações Internacionais (OIs), as Organizações Não- Governamentais (ONGs) e o chamado Terceiro Setor , sendo este um movimento representados pelas ONGs, e para tanto além do aspecto conceitual, é apresentado também acerca do surgimento histórico e as características que essas instituições possuem.

E após o estudo sobre organizações, o segundo capítulo é voltado para o trabalho desempenhado por uma ONG ambiental, sendo ela o Greenpeace, no qual, além da definição e conjuntura histórica, relatou- se sobre a atuação internacional desta entidade.

E por fim o terceiro capítulo é voltado para um estudo de caso, no qual, analisa a missão de tal organização, ou seja, o Greenpeace em uma região que se encontra em ritmo de destruição que é a Amazônia, e assim compreender as ações que esta entidade vem desenvolvendo neste local em prol da sua preservação.

1. ENTIDADES QUE ATUAM INTERNACIONALMENTE:

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (OIs) E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs)

1.1 Considerações iniciais

As Organizações Internacionais (OIs) e as Organizações Não- Governamentais (ONGS) são a forma mais institucionalizada de realizar cooperação internacional, na qual, fazem parte de um grupo de instituições que garantem certa medida de governança global. (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Neste capítulo, apresenta-se a definição, contexto histórico e a atuação internacional dessas entidades, que através de cooperação ambas tem a finalidade de buscar interesses comuns. Também será abordado, as organizações que compõem o denominado terceiro setor.

1.2 Organizações Internacionais (OIs): conceito e histórico

De acordo com a definição de Seitenfus:

As organizações internacionais são associações voluntárias de Estados que podem ser definidas da seguinte forma: trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros.[...] (SEITENFUS, 2008,pp.32-33 grifo original).

Deste modo, objetivo da constituição do tratado de uma organização internacional é estabelecer os direitos e obrigações dos Estados- Membros para com as organizações internacionais, e para com eles mesmos, no entanto, o surgimento deste tipo de organização vai depender do cumprimento do tratado de ambas as partes.

De acordo com Seitenfus (2008), muitos autores destacam a importância de uma OI ter seus próprios órgãos e instituições, e assim, expor sua vontade, diferente daquela exposta pelos seus próprios Estados- Membros. Visto que, se a institucionalização for um espaço de atuação do Estado, sem que o mesmo conceda um certo grau de autonomia a atuação da OI, e a mantenha sem forças para trabalhar e cumprir suas metas, a mesma desta forma poderá acabar

tornando-se objeto de política externa do país. No entanto, as OIs são criadas para um objetivo ou mais de um e precisam gozar de certa autonomia para que assim não percam sua personalidade internacional.

As OIs, são constituídas mediante ato internacional, comumente um tratado, ou seja, um instrumento jurídico que defina seus objetivos, sua estrutura e suas formas de operação. (SEITENFUS, 2008)

De acordo com Seitenfus (2008), os membros constituintes das organizações internacionais são os Estados, e sua constituição é feita através de um acordo entre ambas as partes, segundo as normas do direito internacional, porém este acordo é denominado de tratado constitutivo, no qual, nele se encontra os objetivos e instrumentos previstos para alcançá-los, no entanto, se não for possível alcançar tais objetivos através dos instrumentos expostos no tratado, aplica-se o princípio da capacidade implícita, que irá dispor de novos meios para serem colocados em prática.

Para que uma organização internacional exista é necessário o estabelecimento de órgãos permanentes a serviço da instituição, mesmo que suas atividades possam ser exercidas entre os Estados- Membros. As OIs devem ser determinadas como sujeitos secundários da ordem jurídica internacional, personalidade está, delegada pelos Estados- Membros, que significa dizer que tanto o surgimento quanto o desaparecimento de uma OI irá depender de uma vontade externa sua, independente da vontade dos Estados- Membros (SEITENFUS, 2008).

Diante desta percepção, Seitenfus define distintamente as organizações internacionais como:

[...]associação voluntária entre Estados, constituída através de um tratado que prevê um aparelhamento institucional permanente. Além disso, ela é dotada de uma personalidade jurídica distinta dos Estados que a compõem, com o objetivo de buscar interesses comuns, através da cooperação entre seus membros (SEITENFUS, 2008, pp. 33-34, grifo original).

No entanto, conforme Herz e Hoffmann (2004), o surgimento das OIs ocorre através de uma decisão dos Estados que delimita sua área de atuação, tendo assim um papel importante nesse processo. E ao mesmo tempo essas organizações tem seu papel central no sistema internacional atuam tanto em aspecto regional quanto universal, como também em diversos âmbitos podendo ser político, segurança, econômico, social e cultural, contudo ao adquirirem certa autonomia em relação aos Estados- membros, elaboram seus próprios projetos e políticas, adquirindo assim personalidade jurídica de acordo com o direito internacional público.

Associada a história das organizações internacionais, a prática de cooperação entre grupos humanos já se apresentavam desde a Antiguidade, sendo necessário voltarmos á esta época para entendermos o fenômeno surgimento dessas instituições (HERZ; HOFFMANN, 2004). De início foram estabelecidas regras de arbitragem entre cidades gregas, e posteriormente no século V a. C, surge a aplicação do princípio da confederação, no qual as cidades apresentavam- se no conselho de acordo com um peso ponderado através da importância de cada um de seus membros. Visto que, o perigo que ameaçavam as pessoas desta época fez com que a maioria delas dirigissem um sistema de defesa, e compartilhassem desta defesa de forma coletiva e sustentada por uma contribuição financeira entre ambos (SEITENFUS, 2008).

Houve marcos históricos importantes que contribuíram para a existência das modernas OIs, como o fim das guerras napoleônicas que deu início ao Concerto de Estados Europeu, ou seja, um sistema de conferências que faz surgir a diplomacia de âmbito multilateral no continente europeu, no qual, grandes potências como a Prússia, Áustria, Rússia, Grã- Bretanha e França tratavam da ordem internacional de forma mais geral buscando assim a prevenção dos conflitos. No entanto, tal Concerto estava baseado na ideia de que as grandes potências tinham responsabilidades e direito especiais, de forma que os Estados menores não participassem das decisões, e o interesse geográfico se limitava a Europa (HERZ; HOFFMANN, 2004). Porém, as reuniões que ocorriam no Concerto eram voluntaristas, no qual, seus resultados não eram coercitivos, de tal forma que o Concerto Europeu nunca teve requisito para impor suas decisões a uma grande potência (SEITENFUS, 2008).

A preocupação em criar melhores condições de convivência internacional contribuiu para uma nova perspectiva, em relação a administração coletiva do sistema internacional, e diante disto a conferência de Haia, que foi criada para lidar com resoluções de conflitos internacionais, realizou de forma qualitativa essas melhores condições, no qual, desenvolveram regras baseadas na razão para lidar com tais conflitos. No entanto, o grau institucionalizado iniciado pelo sistema de Haia , contribuíram para o surgimento de outros atores que tinha também o propósito de negociar acordos de paz, como no caso a Liga nas Nações, que foi uma organização internacional em que as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniam para negociar tais acordos, e anos mais tarde o surgimento da Organizações das Nações Unidas (ONU), sendo assim, um marco histórico para as OIs. Embora a Liga das Nações não ter tido sucesso na história das organizações, ela foi de grande importância, visto que tratava- se da primeira organização internacional que tinha o propósito de ordenar as relações internacionais a partir de uma união de princípios, regras e procedimentos definidos de forma

clara. No caso da ONU, esta surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em razão da ineficiência da Liga das Nações, e é a arena mais universal para tratar de normas internacionais, porém assume posições e cria ideias dentro dos limites estabelecidos pelos Estados que dela fazem parte (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Outro marco histórico foi o fim da Guerra Fria que abarcou consigo o crescente número de países que fazem parte das OIs, como também uma motivação para o início da realização do papel dessas organizações. Porém, nesta época também as OIs se mostraram ineficientes em específico por terem os recursos mas não conseguiam multiplicar os benefícios, e assim foram bastantes criticadas, e diante disto, muitas dessas organizações passaram a realizar práticas administrativas semelhantes as instituições privadas, buscando assim, observar grupos de interesses específicos (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Diante do histórico surgimento das OIs, é necessário enfatizar que a prática de relações bilaterais e multilaterais está presente desde os primeiros séculos da era moderna, porém os estabelecimentos de instituições, ou seja, as organizações internacionais com as quais convivemos hoje são criações da lenta evolução dessas relações, cuja criação pode ser encontrada no início do século XIX (CRETELLA NETO, 2013)

As relações bilaterais voltadas para relações diplomáticas se mostraram insuficientes para lidar com situações mais complexas, visto que, eram problemas que afetavam muitos Estados, e assim era necessário se chegar a uma solução para ser representada no mesmo foro os comuns interesses de todos os Estados, e diante disto iniciou a conferência internacional *ad hoc*, sendo este tipo de conferência criado para gerar formas de cooperação voltadas para um problema específico e em tempo determinado, na qual, havia reuniões entre Estados para se chegar a uma conclusão, que só chegava quando os mesmos conseguiam entrar em consenso sobre o problema discutido e assim o tratado era concluído (CRETELLA NETO, 2013)

No entanto, este sistema de conferência era limitado, e apresentava dificuldades, visto que para cada conferência era necessário convocar os Estados interessados e dessa forma ocorria atrasos para a resolução dos problemas, e também não existia princípios com os quais regulassem a participação dos Estados, seguidos de suas responsabilidades e obrigações, e assim as conferências se mostraram inadequadas para resoluções de tais problemas (CRETELLA NETO, 2013).

Diante da falta de eficácia das conferências para tais resoluções, surgiram um conjunto de uniões e associações não governamentais criadas por iniciativas privadas, formando assim a União de Associações Internacionais, sendo que essas associações pela forma com qual foi formada e devido aos seus objetivos parecem de forma clara atender as necessidades humanas

universais, e por sua vez, essas associações surgiram na metade do século XIX, e foram importantes para a coletividade dos Estados e para o desenvolvimento da moderna organização internacional (CRETELLA NETO, 2013).

Portanto, as OIs não foram criadas através de um planejamento racional e projetado pelos Estados, e sim foram concebidas por estes atores a fim de atender as necessidades e diversificados interesses que acometeram a sociedade internacional.

Sendo assim, a organização internacional só passa a existir quando Estados se reúnem com a intenção de estabelecer uma entidade a qual lhe é confiada uma ou mais funções específicas e descritas em seu ato constitutivo ou constitucional, e diante disto suas atividades são estabelecidas por forças exteriores, sobre as quais não exercem controle (CRETELLA NETO, 2013).

As organizações com as quais convivemos atualmente possuem certas características que as diferencia de outras entidades, sendo essas organizações criadas por tratados internacionais, na qual exercem atos conforme lhe é autorizado através de respectivo estatuto, possuem competência funcional e são disciplinadas em grande medida pelo Direito Internacional (CRETELLA NETO, 2013).

As organizações internacionais podem ser classificadas em diversos critérios podendo ser no âmbito geográfico, no qual algumas são regionais como a OEA (Organização dos Estados Americanos), ou a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations- Associação das Nações do Sudoeste Asiático), e outras globais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio) ou mesmo a OMS (Organização Mundial da Saúde) e segundo suas funções (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Como aponta Seitenfus (2008), após 1945, com o forte crescimento das OIs foi acompanhado uma grandiosa variedade de modelos, formas, eficácia e propósitos dessas instituições, porém com o objetivo de organizar essas variedades ocorre um inventário classificatório das organizações internacionais obedecendo a certos princípios básicos, ou seja, um processo de identificação de semelhanças e diferenças. Sendo assim, as organizações internacionais são identificadas segundo a natureza de seus propósitos, por sua função, pelo poder e estrutura de decisão e pela composição, ou seja, se são compostas de forma global ou se é permitido limitar a participação dos Estados.

A classificação das OIs, segundo sua natureza, refere-se a identificação de dois objetivos distintos, ou as organizações lutam por objetivo políticos ou por cooperação técnica. As de propósitos políticos pretendem trabalhar com o mundo todo, tendo como objetivo, caráter político- diplomático, sua forma de ação e o objetivo é a manutenção da paz e a segurança

internacional como no caso da ONU. As organizações de cooperação técnica se limitam a trabalhar unicamente em aproximar posições e tomar iniciativas conjuntas em áreas específicas, visto que são trabalhados problemas que precisam de uma ação coletiva, como por exemplo a OMS que trata de epidemias, entre outras coisas (SEITENFUS, 2008).

As OIs classificadas segundo suas funções são as que não recebem delegação de competência ou poderes de Estados- membros, e buscam regular a sociedade internacional através de quatro formas diferentes. Sendo a primeira as OIs que buscam aproximar posições os países membros, através de negociações abertas, podendo ter opinião pública e assim tomar decisões compatíveis com o interesse de todos, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A segunda são as OIs que lutam para ter normas comuns de comportamento de seus membros, no qual ocorre praticamente na área de direitos humanos, questões trabalhistas ou saúde pública global. Em terceiro lugar sujeita-se a uma ação operacional, no qual há urgência em solucionar problemas nacionais ou internacionais, como catástrofes, conflitos internacionais e outros de caráter emergencial. E por fim as de gestão que é quando as OIs prestam serviços aos Estados- membros, especialmente no campo de cooperação financeira e do desenvolvimento como por exemplo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SEITENFUS, 2008).

A classificação das OIs segundo a estrutura de poder refere-se a definir com clareza a tomada de decisão de acordo com os Estados- membros, ou seja distinguir com clareza como o poder decisório é repartido entre os membros. No entanto, as regras do processo de tomada de decisão dividem-se entre as que impõem unanimidade para que um organismo tome uma decisão, e as que determinam vários tipos de maioria como um *quorum*, ou seja, pessoas necessárias para o funcionamento de uma assembleia e assim definir o resultado de uma votação. Em relação a unanimidade há uma vantagem que é a garantia de possibilidades de eficácia na execução do que foi unanimemente decidido, porém há uma grande dificuldade em alcançar a unanimidade de uma decisão, devido a diversidade dos membros e interesses. Portanto, a chamada decisão unanimidade *stricto sensu* se modificou com o tempo, mas ainda existe em pouquíssimos organismos como no caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (SEITENFUS, 2008).

Sendo assim, surgiram mudanças na regra da unanimidade, promovendo vários critérios no desfecho das votações. Entre as mudanças está a unanimidade fracionada, na qual finaliza acordos parciais, unindo apenas os Estados que votaram a favor mediante determinadas decisões, isentando os demais membros da organização de seu cumprimento, a unanimidade limitada que é quando os membros permanentes da organização possuem um direito de veto a

qualquer decisão, porém a ausência de um dos membros ou a sua abstenção, não irá impedir um resultado unânime, porém limitado, prática esta que ocorre no Conselho de Segurança da ONU. E também a unanimidade formal, que tem por propósito impedir que as decisões sejam paralisadas caso ocorra abstenção por parte de alguns membros, ou seja, busca-se um consenso podendo ser definido como ausência de objeção, mas este tipo de decisão reflete negatividade, visto que há falta de ação das partes (SEITENFUS, 2008).

Já a tomada de decisão por maioria pode ser classificada por quantitativo e qualitativo ou misto. O modelo maioria quantitativa, sendo clássico das OIs, considera cada Estado um voto, a maioria qualitativa distingue os membros segundo os próprios critérios de cada organização internacional, ou seja dá a cada Estado- membro um determinado número a ser computado no processo de votação. O sistema misto exige uma dupla maioria, ou seja, quantitativa e qualitativa, no qual é necessário dois terços dos votos dos membros, e caso haja um voto contrário de um membro permanente será velada a tomada de uma decisão. (SEITENFUS, 2008)

A classificação das OIs segundo a composição, refere-se a uma seleção feita através da proximidade geográfica, no qual surgem as Organizações regionais como exemplo a OTAN e a OEA, a seleção segundo interesses em comum, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). E as organizações internacionais de caráter universal, como por exemplo aquelas que tem objetivos a manutenção da paz e segurança internacional como a OMS.

Quanto ao processo decisório as OIs diferem segundo sua natureza, visto que ambas são heterogêneas de diferentes importância política, sendo assim, os Estados- membros participam do processo de decisão de forma bastante diferenciada (SEITENFUS, 2008)

No âmbito de uma negociação multilateral é bem mais complexo, visto que refere-se a um processo no qual o interesse de todos irão ser ajustados para que se tenha uma decisão coletiva, porém em relação as OIs devem ser obedecidos certos procedimentos de acordo com os previstos no tratado constitutivo e na experiência da organização. No entanto, esse tipo de negociação conhece duas fases, sendo a primeira marcada pela pré- negociação, no qual há um contato informal entre as partes para se abordar a finalidade da negociação, emergência de coalizões, identificação dos papéis que deverão ser realizados pelos Estados e a criação de um regulamento e uma forma dentro do qual o acordo poderá ser atingido. Já na segunda fase irá tratar de uma negociação formal, no qual os acordos são formalizados através de textos legais, visto que as partes envolvidas no processo decisório tem interesses diferentes da ex-

posta no acordo, e com isso há necessidade de identificar garantias sobre o cumprimento e implementação do que foi acordado (SEITENFUS, 2008)

Contudo, há um roteiro o qual as OIs percorrem para as tomadas de decisão sendo possível identificar cinco etapas, a primeira é o surgimento da decisão que irá discutir tal tema e tentar encontrar uma solução coletiva, a segunda é chegar a um consenso, a terceira é redigir um texto formal de acordo com as regras constitucionais da organização internacional, a quarta é a aplicação da decisão e a quinta a eficácia da mesma. Porém nas OIs especializadas, o processo de decisão é mais complicado sendo na maioria das vezes mais lento, visto que a natureza técnica dessas organizações mostra uma autonomia maior dos Estados- membros (SEITENFUS, 2008)

Apesar da grande importância das relações dessas instituições internacionais, o estudo das OIs é bastante recente, porém com o processo de globalização e a necessidade dos Estados promover maiores acordos de cooperação e coordenação internacional, os estudiosos reconheceram a necessidade de identificar o ambiente internacional no qual atuam estes sistemas internacionais (SEITENFUS, 2008)

No entanto, as pesquisas sobre OIs fazem parte de uma vasta área de estudos sobre diferentes formas que garantem as relações entre os Estados e outros atores uma certa medida de estabilidade, mantendo e transformando a estrutura dos sistema internacional. (HERZ; HOFFMANN, 2004)

O visível crescimento das organizações internacionais (OIs) contribui para que se discuta acerca da atuação e da influência de tais atores diante da soberania dos Estados, como também, da capacidade que essas organizações têm de cultivar compromisso ao exercer atividades e estratégias para a realização de seus propósitos organizacionais. É visível também, o crescimento das instituições organizadas sob a forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e diante disto torna-se necessário compreender a significância das ações promovidas por essas organizações (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

1.3 Organizações não- governamentais Internacionais (ONGIs): conceito e histórico

Distinguem-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs), como organizações voluntárias e privadas organizadas por grupos e pessoas que exprimem solidariedade internacional, sendo, um tipo particular da sociedade civil global, na qual, não podem ter personalidade jurídica internacional, já que, são registradas como entidades privadas. São registradas também como entidades sem fins lucrativos, nos Estados em que atuam, porém de acordo com a

legislação nacional. Para adquirir o caráter de ONG internacional ela precisa de um documento constituinte, e uma sede permanente, sendo localizado em um determinado Estado. Tal sede possui um elo com suas filiais, porém esta ligação é prevista num documento constituinte que irá variar de acordo com a centralização, distribuição de recursos e responsabilidades, um exemplo deste tipo de organização com filiais autônomas é o Greenpeace Internacional que possui uma estrutura federal. Apesar que muitas ONGs possuem caráter universal, temos exemplos de regionais como a Federação Europeia de Biotecnologia e a União Árabe de Advogados (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Essas organizações de caráter não- governamental são atores pertinentes de conexão local, nacional e internacional, compostas por membros individuais ou coletivos de diversos países, que buscam objetivos em comum. No entanto, as ONGs são concebidas a partir do interesse de indivíduos, em atuar em questões voltadas para causas de natureza pública como direitos humanos, paz, proteção ambiental, ou mesmo, prover serviços específicos, como a ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento, sendo assim, uma iniciativa do setor privado, mas com característica de finalidade não lucrativa. (OFTA, 2008)

A expressão ONG foi um termo originado pela ONU no pós-guerra, porém é em meados dos anos 1980 no século XX que tornaram-se conhecidas, ganhando visibilidade na política, se envolvendo em campanhas de grande repercussão chamando a atenção da mídia global. No entanto, muitas organizações surgiram através de movimentos sociais, visto que na medida que os movimentos perdiam suas forças mobilizadores as ONGs ganhavam forças. (LANDIM, 2016)

Apesar das ONGs terem ganhado destaque recente, encontra-se o surgimento delas no século XIX, sendo registrada na União das Associações Internacionais (*Union of International Association- UIA*) a ONG mais antiga criada em 1839 a Sociedade Anti- Escravista para a Proteção dos Direitos Humanos, encontramos também outros exemplos antigos dessas organizações como a Cruz Vermelha e a Associação dos Homens Trabalhadores sendo criadas em 1860. No final do século XIX, ocorreu um crescimento do surgimento das ONGs, porém este ritmo de crescimento caiu durante os períodos em que ocorreram as duas grandes guerras mundiais, mas voltou a crescer de novo na segunda metade da década de 1940 (HERZ; HOFFMANN, 2004)

Porém, foi também a partir de OIs que as ONGs surgiram, visto que, o processo do surgimento de ambas estão intimamente ligadas. Como exemplo temos a ONU que teve forte influência no surgimento das ONGs, e também temos o surgimento de OIs a partir de ONGs como exemplo a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial de Metereolo-

lógica, e a Organização Mundial de Turismo, ambas foram criada como ONGs e foram agradas pelos Estados e transformadas em OIs (HERZ; HOFFMANN, 2004)

As conferências internacionais promovidas pela ONU, tiveram também influência na criação das ONGs, sendo que a participação das ONGs nas conferências, é variada, podendo tais instituições ter o direito de fazer declarações finais, recomendações legislativas, ou ter atuação formal na execução das decisões acordadas. Portanto, no que se relata em relação a cooperação efetiva entre OIs e ONGs, é que pode ser na questão de formulação de normas, na implementação de decisões ou políticas, ou monitoração do consentimento dos Estados-membros, sendo que a implementação é bastante criticada, já a formulação de normas e monitoração é menos controversa (HERZ; HOFFMANN, 2004)

Há uma grande diversidade de atuação dessas entidades, dificultando assim, a se chegar a uma conclusão que represente bem seus diversos papéis, podendo dessa formar afirmar que o termo ONG é vago e generalista, porém apesar da dificuldade de definir bem o termo ONG, é importante ressaltar a significativa atuação dessas entidades em diversas áreas, podendo ser influenciadoras em certos planejamentos de caráter políticos ou mesmo representar os interesses de determinados setores sociais (OFTA, 2008)

As ONGs são instituições sem fins lucrativos, porém precisam manter-se economicamente e acerca disso surge uma crítica referente aos propósitos particulares dessa organização e até que ponto ambas conseguem se manter. E também estas instituições nem sempre são bem recebidas pelos Estados-membros das OIs com quem colaboram, visto que Estados menos democráticos estão propício a rejeitar a atuação das ONGs em setores de direitos humanos, Estados mais ricos como também as antiglobalização. Ambas nem sempre trabalham em equilíbrio, no qual ocorrem divergência de opiniões, entre ONGs de diferentes continentes, e há as mais reformistas e outras mais radicais (HERZ E HOFFMANN, 2004)

Em suma, as ONGs são instituições que fazem parte do sistema organizacional dos Estados, visto que ambas contribuem de forma privada, na elaboração de resoluções para as problemáticas sociais, se diferenciando em níveis de ação regional e internacional, porém, não se pode deixar de reconhecer a soberania dos Estados, sendo assim o ator chave do sistema internacional, podendo estabelecer uma ordem de dependência das ONGs para com os Estados.

Outro ponto importante a respeito das ONGs referente ao setor não lucrativo o qual acordou chamar-se de Terceiro Setor, setor este considerado uma das possíveis alternativas de minimizar os grandes problemas sociais, tal assunto será discutido adiante.

1.4 Terceiro setor

Representado pelas ONGs o chamado terceiro setor representa um movimento de reformulação do papel do Estado na sociedade, colocando à disposição do mesmo as tarefas mais complexas voltadas para segurança, serviços públicos básicos, entre outros, permitindo a sociedade civil o planejamento de diversas atividades. No entanto, este setor não- governamental e não- lucrativo, organizado e independente busca mobilizar a sociedade em prol de ações voluntárias (FERNANDES, 1994).

Embora este setor exista a muito tempo, o mesmo só ganhou ênfase nas últimas duas décadas, no qual buscou- se definir tal setor através de suas características e seus objetivos, visto que diante de um mundo em processo de globalização e do impasse dos Estados em combater o aumento das desigualdades sociais, tornou- se necessário entender e evidenciar o papel desempenhados por estas instituições representadas pelo terceiro setor (FERNANDES, 1994).

Surge como uma nova esfera pública, porém não governamental, mas de caráter privado, voluntarista e associativo o chamado terceiro setor, que busca atender os interesses em comum da sociedade, ou seja, seu foco está no bem- público. Caracterizado por não possuir fins lucrativos, o terceiro setor trata- se de um conjunto de ONGs que tem como propósito trazer resultados a problemas públicos (FERNANDES, 1994)

De acordo com Fernandes (1994) o chamado terceiro setor, supõe a existência de um primeiro e um segundo setor, sendo o primeiro o governo que é o assume as questões sociais, e o segundo é o setor privado que atua no mercado com o intuito de obtenção de lucros, e assim com o falimento do Estado, o setor privado inicia ajuda no âmbito social, através de várias instituições que fazem parte do terceiro setor e diante da dicotomia entre o público e privado surge um quarto setor que é o da corrupção, que pode ser entendida segundo o quadro abaixo. (FERNANDES, 1994)

FIGURA 1. Dicotomia entre o público e o privado

AGENTES	FINS	SETOR
privados para	privados	= mercado

públicos para	públicos	= Estado
privados para	públicos	= terceiro setor
públicos para	privados	= (corrupção)

(FERNANDES, 1994, p.21.)

No entanto, com a conjunção entre os setores públicos e privados é identificado o terceiro setor, tendo este um importante papel na formação do Estado, suprimindo sua carência de proporcionar bem-estar à população.

O terceiro setor pode ser classificado em três âmbitos sendo o legal, o funcional e o econômico-financeiro, no entanto o legal a organização está vinculada ao ordenamento jurídico de cada nação, o funcional busca enfatizar as atividades executadas por essas organizações e o econômico-financeiro somente se integraria ao setor quem receber recursos sendo a maioria de doações individuais e familiares. O terceiro setor subdivide em diversas categorias sendo algumas delas associações, organizações não-governamentais, filantrópicas, beneficentes e de caridade e fundações privadas, é importante enfatizar que ambas estão cada vez mais se expandindo, expressando de certa forma os limites dos governos para resolver problemas fundamentais à população, porém não podemos aceitar que o terceiro setor resolve tudo, visto que este tipo de ação tira em certa medida a responsabilidade dos governos de mostrar resoluções aos problemas que afetam a sociedade (ALMEIDA LUCA, 2008).

Contudo, o terceiro setor é formado por organizações sem fins lucrativos e tem proporcionado um forte crescimento em muitos lugares na busca de atender as necessidades da sociedade, porém as potencialidades deste setor está ligada diretamente a qualidade dos seus gestores (FERNANDES, 1994).

E a partir da compreensão sobre organizações, será centralizado no próximo capítulo o papel desenvolvido por um grupo específico de organizações não-governamentais voltada para ambientalistas, ou seja, o Greenpeace.

2. GREENPEACE

2.1 Definição e breve histórico do Greenpeace

O Greenpeace refere-se a uma organização não-governamental de caráter internacional e independente que realiza campanhas para que a sociedade mude suas atitudes em prol da preservação e conservação do meio ambiente, ou seja, é uma organização ambientalista que desenvolve atividades promovendo a reflexão da degradação ambiental e buscando a solução para tal problema (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

A organização teve origem no final da década de 1960, no Canadá, através de um grupo de ativistas canadenses antinucleares, que promoviam campanhas para impedir testes nucleares que eram realizados pelos Estados Unidos na ilha de Amchitka, no Alasca. Com isso, o grupo criou uma campanha chamada “Don’t make a wave Comitê”¹ que se referiam às ondas que os testes nucleares provocavam na região, que por ser uma zona sísmica instável, poderia causar maremotos em grandes proporções. Entretanto, a campanha despertou a atenção da população local e de diversos grupos, desde pacifistas até biólogos e foi considerado um sucesso, e teve mais adiante como resultado a suspensão dos testes nucleares na região pelos Estados Unidos (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Porém, com a organização de outras iniciativas o grupo decidiu fretar um barco na intenção de viajar em busca de zonas onde se dariam novos testes, a fim de impedi-los, e nesta viagem o comitê de ativistas batizou o barco com o nome Greenpeace (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

O sucesso do fim dos testes nucleares na zona Amchitka, influenciou a criação de diversas organizações ambientalistas no mundo, inclusive com o nome Greenpeace, mesmo sem ter relação com a original canadense. Dentre essas organizações, uma delas foi formada por David McTaggart, um ex-empresário, que se tornou navegante ambientalista contra os testes nucleares franceses no atol Mururoa no Pacífico, no entanto, esta campanha colocou o Greenpeace no centro das atenções na mídia internacional, principalmente devido ao conflito com o governo francês (ALFAIA JÚNIOR, 2008). E a partir de então a organização se institucionalizou tornando-se uma organização não-governamental, uma *Greenpeace Foundation*, ou seja,

¹ “Não façam ondas” Herz; Hoffmann (2004)

uma fundação e McTaggart tornou-se o primeiro presidente da então criada Greenpeace Internacional (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Em seguida a organização promoveu sua segunda campanha, que foi contra a caça as baleias, que ocorria principalmente no Japão, ex-União Soviética, Noruega e Islândia, e mais uma vez a estratégia utilizada para promover esta campanha foi chocar a opinião pública mostrando a caça desses mamíferos como uma carnificina, e em 1976, foi iniciada outra campanha contra a matança de focas em Newfoundland (Canadá) (HERZ; HOFFMANN, 2004). Porém as campanhas realizadas em defesa desses mamíferos provocaram discussões, visto que, nos anos iniciais de atuação da organização surgiram conflitos sobre quem era o legítimo proprietário da ONG e do nome do grupo, e tais conflitos prejudicaram as ações dos ativistas, dividindo em grupos as defesas das campanhas, como no caso os grupos antinucleares, que achavam que a defesa desses mamíferos deveria ser realizada por outras organizações (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Portanto, a proliferação de grupos ativistas aumentou as possibilidades de atuação da organização, mas as dificuldades de coordenação entre os diversos grupos criaram conflitos organizacionais. No entanto, para solucionar este problema, foi criado, em 1979, o Greenpeace Internacional, uma organização não governamental internacional, com sede na Holanda, unificando assim, as áreas de campanhas e as formas de atuação. Desde então, os conflitos diminuíram, mas precisou de anos de experiência para que a instituição adquirisse o sucesso e atenção na mídia que possui hoje (HERZ; HOFFMANN, 2004).

A missão da organização está em proteger a biodiversidade em todas as formas visto que, tal fator ecológico é essencial para o equilíbrio climático do planeta; evitar fatores de poluição que provocam o aquecimento global; trabalhar pela paz e o desarmamento global; e promover a eliminação de armas nucleares (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

Para a organização de suas campanhas o Greenpeace utiliza de diversas estratégias, e uma de suas principais características além de não usar de violência, é chamar a atenção do público, através da mídia internacional. Visto que, esta prática, cujas imagens são transmitidas por meios de comunicação, é capaz de obter atenção da mídia por serem espetaculares, e assim, conseguir expor os problemas ambientais globais e as soluções para um futuro verde e pacífico. Dentro desta visão, as filiais empreendem suas ações promovendo campanhas específicas, de forma a atender a necessidade de cada país.

2.2 Estrutura organizacional do Greenpeace

O Greenpeace é uma organização ambiental global, que legalmente falando sua personalidade jurídica é “*Stichting Greenpeace Council*”(SCG), ou seja, é um tipo de fundação sem fins lucrativos com sede em Amsterdã, na Holanda. No entanto, o Greenpeace Internacional é o responsável para cuidar da marca Greenpeace, e assim proteger a sociedade da utilização enganosa do nome da organização por terceiros que não possuem autorização, e dessa forma garantir a integridade do trabalho realizado pela ONG (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

Atualmente o Greenpeace possui 26 escritórios nacionais/ regionais independentes e cobre operações em mais de 55 países, que se apresentam na Europa, Américas, Ásia, África e Pacífico, sendo esses escritórios autônomos na realização de suas ações porém em conjunto com as estratégias globais e na busca por meios financeiros para a efetivação de seus trabalhos. Entretanto, em relação a estrutura interna da organização, compreende-se a estrutura de governança no qual, é estabelecida nos estatutos da sociedade, que define os princípios que norteiam a organização e o seu foco oficial que é a conservação da natureza, porém, para atingir este objetivo a ONG dirige e presta assistência necessária as suas organizações nacionais para realização de seus objetivos, através de ações não- violentas, como campanhas, busca-se trazer uma mudança no pensamento humano para que haja uma sensibilização ecológica. Para a realização de seus objetivos a organização conta com meio financeiros, meios esses, que é constituído pelas contribuições das organizações nacionais e regionais, doações, subvenções e rendimentos de investimentos (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

Portanto, o Greenpeace é uma organização independente e se recusa a doações e subvenções de governos e corporações, buscando assim, não comprometer sua independência. Em vez disso, o grupo depende principalmente da contribuição dos membros, garantindo assim, a permanecer a independência da organização, e dando-lhe a capacidade de agir, sem que seu financiamento seja cortado. Contudo, qualquer pessoa pode se tornar membro, porém, sua participação se limita a uma contribuição financeira (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Todavia, a realização das atividades da organização passar por orientações gerais que são decididas por seu principal órgão legislativo, que é o Conselho Internacional. Esse órgão normalmente é composto por sete membros, sendo o responsável por administrar o orçamento do Greenpeace Internacional, por aprovar decisões de grande alcance como as estratégias

necessárias para a realização das campanhas, decide a política organizacional, aprova o surgimento de novas organizações nacionais, ratifica decisões, aprova o desenvolvimento do planejamento do programa global, e também responsável por nomear e supervisionar o diretor executivo do Greenpeace Internacional, que é o responsável pela estrutura de gestão, e pelo gerenciamento da equipe que dessa estrutura faz parte, e que são eles o Diretor Executivo Internacional, Diretor Internacional Adjunto, Diretor do Programa Internacional, Diretor da Organização Internacional, Diretor Financeiro Global, Diretor de Recursos Humanos, Diretor de compromisso global, Diretor de Funções do Programa e Diretor de Desenvolvimento Global (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016)

Para fazer parte do Conselho Internacional, seus membros são escolhidos para atuarem por um período de três anos, e são eleitos pelos representantes das organizações regionais/nacionais e podem ter dois mandatos consecutivos. No entanto, cada organização é dirigida por um conselho de administração, e este conselho é eleito por uma associação de voluntários e ativistas voltados para questões ambientais, e são bem posicionados para influenciar nas decisões políticas do Greenpeace. Anualmente ocorre a Assembleia Geral anual do Greenpeace Internacional, que é o órgão responsável pela fiscalização da organização em geral, e suas principais responsabilidades está em determinar e defender os princípios fundamentais da organização; eleger ou remover o Conselho Internacional; aprovar o surgimento de novas organizações do Greenpeace; aprovar o orçamento da organização; e identificar questões estratégicas a ser desenvolvidas pela organização. Tais questões são tratadas anualmente na assembleia e votada pelo Conselho Internacional, pelas organizações regionais/nacionais e pelos administradores da assembleia. Para tanto, o Conselho Internacional, é o que garante integridade da organização e a adesão da boa governação internacional de acordo com as normas de gestão financeira (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016)

No entanto, em relação a estrutura financeira todos os escritórios estão conscientes de desenvolverem seus planos a longo prazo, a fim de garantirem coerência com o orçamento disponível. Tais escritórios possuem licença para cumprir critérios de gestão e controle financeiro, visto que, as contas são auditadas todos os anos por contadores públicos independentes, no qual, cuja análise está em conformidade com as normas de auditoria que localmente são aceitas e exigidas. Dessa forma, a estrutura financeira do Greenpeace foi projetada pensando nos escritórios independentes para que assim a organização possa trabalhar de forma global. Contudo, o Greenpeace Internacional é financiado pelos escritórios nacionais/regionais por um sistema de contribuição anual. E todas as entidades trabalham em conformidade com o quadro legal do país em que está situado (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

E para tanto, em relação ao compromisso de uma gestão em conformidade pela transparência e boa governança o Greenpeace expõe anualmente após a auditoria de suas contas, um relatório contendo seu balanço financeiro, como também as principais atividades e vitórias da entidade durante o tratado, visto que, a organização ver a publicação desta informação como um comprometimento ético com a sociedade em geral e com seus contribuintes. (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016)

Então para um melhor entendimento em relação ao gerenciamento da instituição, Herz e Hoffmann afirmam:

As orientações gerais das atividades da organização são decididas em seu principal órgão legislativo: o Conselho Internacional. Esse órgão é composto por representantes das filiais e se reúne uma vez ao ano no Secretariado, em Amsterdã. Ele também elege os participantes do Conselho Internacional, órgão que aprova a estratégia política de longo prazo, gerencia o dia-a-dia da organização e elege seu diretor-executivo. (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 244)

Entretanto, o trabalho realizado pelo Greenpeace baseia-se em vários princípios e valores fundamentais, e tais princípios são refletidos em suas campanhas, utilizando de estratégias de que envolve a disseminação de uma sensibilidade ecológica, trabalhando, assim, no campo das ideias e da mudança de hábitos antiecológicos (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

Porém, de acordo com o site do Greenpeace seus valores acarretam independência, de forma a não aceitar doações de governos, empresas ou partidos políticos, sendo integralmente financiado por milhares de pessoas por todo o mundo; a não violência, que é um valor fundamental para o desenvolvimento de todas as suas atividades, adquirindo assim um confronto pacífico; e o engajamento, no qual procura-se o envolvimento de milhões de pessoas no mundo para que os crimes ambientais possam se tornar uma mudança global. (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

2.3 A atuação internacional do Greenpeace

O Greenpeace está presente em mais de 55 países, atua de forma internacional, através de campanhas globais afim de mudar comportamentos em prol da conservação do meio ambiente. A organização se destaca entre as demais organizações não-governamentais, por seu caráter independente e internacional, e em função do caráter internacional da organização

torna-se necessário enfatizar a atuação da mesma em alguns países, sendo eles a África do Sul, México, Canadá e Argentina (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2016).

Na África do Sul, por exemplo, o Greenpeace atua através de três campanhas sendo elas o combate as alterações climáticas, no qual, tal problema é uma forte ameaça para toda humanidade principalmente para a África, uma vez que o setor de energia é o maior responsável por emitir os gases de efeito estufa, e lá na África do Sul, o país se depara com um grave problema de fornecimento desta fonte, e diante disto o governo prevê a construção de mais estações de energia movidas a carvão, ação está que só irá agravar os problemas em relação ao clima. E diante desta situação, o Greenpeace está comprometido em uma luta para mudar a visão da população africana e principalmente do governo em relação a este problema, estimulando o uso de fontes renováveis e assim diminuir o impacto das mudanças climáticas (GREENPEACE AFRICA, 2016)

A segunda campanha é salvar as florestas, em razão de que na África central as florestas da bacia do Congo abastecem o sustento de 40 milhões de pessoas, e essas pessoas dependem delas para seu sustento, além de que este local é o lar de 270 de espécies de mamíferos, porém este conjunto de árvores está sendo destruído e nesta situação o Greenpeace está trabalhando localmente e internacionalmente para proteger este ambiente (GREENPEACE AFRICA, 2016)

A terceira campanha é proteger os oceanos e seus recursos uma vez que no largo da costa oeste da África ocorre um grave problema nos mares deste local, os governos tem vendido o direito de pescar nas suas águas para as industriais estrangeiras, o bom deste negócio é a ajuda a economia local que proporciona mais empregos, o ruim é a falta de monitoração e gestão, visto que alto volume de pesca tende a esvaziar os peixes mais rápido que sua reprodução, pondo em risco a segurança alimentar de milhares de pessoas e a organização está em campanha para encerrar essa atividade desenfreada de pesca e assim desenvolver alternativas viáveis para uma indústria sustentável (GREENPEACE AFRICA, 2016).

No México, por sua vez o Greenpeace trabalha em cinco campanhas, sendo a primeira agricultura sustentável e transgênicos, no qual a organização não concorda com a agricultura transgênica, ou seja, um trabalho industrial conhecido também como Organismos Geneticamente Modificados (OGM), no qual para o desenvolvimento do plantio são criados em laboratórios seres vivos, que nunca existiram antes na natureza, porém esta atitude conforme algumas pesquisas científicas podem trazer risco para a saúde da população e para o meio ambiente. E para a organização a resposta é a agricultura biológica baseado em uma boa utiliza-

ção dos recursos locais e assim beneficiar a população e aumentar a segurança alimentar (GREENPEACE MÉXICO, 2016)

A segunda campanha é voltada para as florestas em razão de que o mundo precisa de desta fonte natural para sustentar a vida no planeta, e o México ocupa o quinto lugar de desmatamento e perdeu 50% de suas florestas e diante disto a organização está em campanha global para se conseguir o desmatamento zero até 2020 pressionando os líderes políticos a adotarem ações políticas necessárias para a proteção deste recurso natural no mundo (GREENPEACE MÉXICO, 2016).

A terceira campanha é voltada para energia e alterações climáticas, em atenção de que a alterações climáticas é a maior ameaça para a vida no México a pelo menos 70 milhões pessoas correndo o risco de vida por causa deste fenômeno, então o Greenpeace vem trabalhando para alcançar um modelo sustentável de energia e evitar uma mudança climática descontrolada (GREENPEACE MÉXICO, 2016).

A quarta campanha está voltada para os oceanos mediante a captura comercial de espécies marinhas, fazendo com que muitas dessas espécies entre em extinção, então a organização vem lutando contra esta desenfreada ação (GREENPEACE MÉXICO, 2016).

E por fim a quinta campanha é contra produtos tóxicos, visto que tais produtos é uma ameaça global para a saúde humana e para o meio ambiente, e muitas indústrias produzem milhares de produtos químicos a cada ano, e a atuação desta campanha no México é pelo fato que lá é o local de maior diversidade do milho, alimento importante para a segurança alimentar global (GREENPEACE MÉXICO, 2016).

Em relação ao Canadá, a organização está atuando em campanha voltada para o Ártico uma vez que o setor Ártico do Canadá engloba 1.425.000 km² quilômetros quadrados, sendo o local de muitas comunidades indígenas e de animais selvagens, e com o aumento das temperaturas, mediante as alterações climáticas, está ocorrendo o derretimento do gelo, e com isso o aumento dos níveis dos mares trazendo risco a vida da população de todo o mundo, e assim o Greenpeace está pedindo a criação de um santuário global na área desabitada do Polo Norte para manter fora de lá todas as companhias de petróleo e a exploração do mesmo, e também proibir a pesca destrutiva. Outra campanha é relacionada ao clima e energia, no qual busca-se combater a energia nuclear por representar grave ameaça para o meio ambiente e a sociedade, e com isto a organização vem pressionando o governo do Canadá para ações voltadas para mudanças climáticas e para o uso de uma energia limpa, ou seja fontes renováveis (GREENPEACE CANADÁ, 2016).

Há ainda a campanha voltada para a proteção das florestas, visto que, além de contribuir a manter a vida na terra, é o local de muitas comunidades indígenas, porém a destruição destas fontes naturais vem ocorrendo em massa, e diante disto a organização não aceita o desenvolvimento destrutivo e insustentável destas florestas não só no Canadá mas em todo o mundo, e por isso vem pressionando os governos e indústrias para que haja mudança positiva deste quadro. E por fim a campanha voltada para os oceanos, visto que a vida no mundo depende também destes mares saudáveis, e a pesca excessiva industrial ameaça a biodiversidade marinha, sendo necessárias medidas urgentes, então a organização vem trabalhando para a diminuição desse tipo de atitude, e em relação ao Canadá onde há grandes marcas de atum enlatados para vendas, o Greenpeace vem expondo as marcas que não querem mudar suas atitudes destrutivas em relação a pesca, e também vem pedindo aos supermercados do país para pararem com as compras irresponsável desses frutos do mar (GREENPEACE CANADÁ, 2016).

Sobre a Argentina a organização atua em campanha voltada para diminuir a alterações climáticas, no qual, tais alterações ocorre através da queima de combustíveis fósseis usados para produção de energia e assim a liberação de gases do efeito estufa CO² para atmosfera, e isto tem como consequência o aumento da temperatura na terra e consequentemente acarreta as alterações climáticas, e portanto, o Greenpeace vem trabalhando para que haja uma revolução energética capazes de reduzir tais emissões. A outra campanha é voltada para florestas, sendo estas um patrimônio natural importante para a sobrevivência na terra, e por isso a organização vem tratando que uso desse recurso natural deve ser ordenado e sustentável, e diante do seu uso indevido a Argentina implantou uma lei florestal para que haja conservação e o ordenamento do uso dos recursos deste patrimônio ambiental (GREENPEACE ARGENTINA, 2016)

Há também ali uma campanha voltada contra a contaminação, ou seja, um mundo livre de fatores poluentes, que ameaçam rios, lagos, oceanos, o ar, e os seres vivos, em função disto, na Argentina a organização atua em três campanhas contra a poluição, sendo elas, o “lixo zero” no qual busca-se maximizar a reciclagem e diminuir o desperdício. Visto que em Buenos Aires a maior cidade do país um dos problemas estruturais que lá se encontra é que por dia são depositados em aterros mais de 5000 toneladas de lixo, e diante desta grave situação o Greenpeace Argentina apresentou um plano de lixo zero, que propõem várias medidas para que haja redução na quantidade de lixo e ao mesmo tempo o crescimento de indústrias associadas com a reciclagem, porém, o projeto foi apresentado em 2004 ao governo do país e em

2005 foi aprovada com algumas modificações ao plano original, e em 2010 ocorreu uma redução de 30% de resíduos enviados para aterros (GREENPEACE ARGENTINA, 2016)

Uma outra campanha é o do “lixo eletrônico”, visto que, com o desenvolvimento tecnológico e com o fornecimento constante de novidades de equipamentos eletrônicos, acaba por gerar um mercado de substituição muito rápida desses dispositivos por parte da população consumidora, e com isso ocorre uma expansão de resíduos desses aparelhos, que contém produtos químicos tóxicos e metais pesados. Estima-se que cada habitante da Argentina gere 3kg de lixo desses aparelhos por ano, e diante deste fator poluidor, o Greenpeace levou por cinco anos a uma legislação nacional a Lei do Lixo Eletrônico, que visa incentivar os produtores eletrônicos a criarem esses objetos mais fáceis de reciclar, porém em 2012 a Lei perdeu o estatuto parlamentar, devido a recusa dos Deputados da Frente para a Vitória, e com isto as empresas locais fogem da responsabilidade deste lixo eletrônico, porém para a organização a única solução é a população levar esses equipamentos para as câmaras que reúnem essas empresas de reciclagem (GREENPEACE ARGENTINA, 2016)

A terceira campanha é voltada para o Matanza- Riachuelo visto que, o mundo está tendo um grande déficit de água potável, e com isso o Greenpeace vem desenvolvendo um esforço global em relação a contaminação de ecossistemas aquáticos vitais para milhões de pessoas, que tem como objetivo garantir água potável para as gerações presentes e futuras, e na Argetina estes esforços estão voltados para o Matanza- Riachuelo, uma das mais poluídas no mundo trazendo consequências para a saúde da população local e diante desta situação alarmante, a organização exige a adoção de um plano cujo principal eixo é a produção limpa e recompor ambientalmente a bacia por metas progressivas de redução da poluição a uma descarga zero (GREENPEACE ARGENTINA, 2016)

Outra campanha é voltada para a proteção das baleias, no qual, a organização vem protestando pacificamente contra a matança desses animais, situação esta em que o Greenpeace atua desde 1975 através de ação direta no mar promovendo a chamada Comissão Baleeira Internacional (CBI) e em 1982 decretou a moratória sobre a caça comercial deste animal, porém na Argentina e na América Latina os seus governos tem peso nas decisões da comissão mantendo um caráter conservacionista em favor da proteção das baleias. E por fim a outra campanha é voltada para questão nuclear, no qual a ploriferação da energia nuclear apresenta ameaça para a saúde humana e ecossistemas e diante disto o Greenpeace vem promovendo mudanças para que utilize-se uma energia renovável e limpa (GREENPEACE ARGENTINA, 2016)

No entanto, foi mostrado a atuação do Greenpeace em alguns países, no qual, a organização vem trabalhando em aspectos importantes e essenciais, voltados para a questão ambiental e pela sobrevivência da população em geral, que além de atuar em respectivos países, a organização vem também pressionando os Estados em conferências internacionais sensibilizando assim a opinião pública e garantindo mais ainda sua atuação internacional.

Em suma, para contribuir com o estudo, o próximo capítulo será abordado a relevante atuação do Greenpeace na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, na qual, a organização está intrinsecamente ligada a esta região, já que a mesma, vem lutando para identificar as áreas de desmatamentos, como também vem realizando campanhas, de forma a chamar a atenção do público, para o reconhecimento emergente do problema.

3. O GREENPEACE E A AMAZÔNIA: UM ESTUDO

3.1 Greenpeace no Brasil

O Greenpeace chega por ocasião ao Brasil, no mesmo ano em que o país abrigou a mais importante conferência ambiental da história, a ECO-92. Desta forma, o primeiro protesto que marca a fundação do Greenpeace no Brasil ocorre por ocasião deste evento. Visto que, a véspera da conferência no Rio, seria o aniversário da explosão da usina nuclear em Chernobyl, assim, aproveitando a oportunidade, foi realizada a ação contra a usina nuclear de Angra, no qual, os ativistas a bordo do navio Rainbow Warrior, seguiram para Angra dos Reis e fixaram 800 cruzeiros no pátio da usina simbolizando o número de mortes que ocorreu no acidente na Ucrânia (ALFAIA JÚNIOR, 2008)

De acordo com o site do Greenpeace a primeira grande vitória no Brasil se deu um ano após a inauguração do escritório, e foi a proibição da importação de lixo tóxico que marcou este evento. Ainda na década de 1990, tiveram início às campanhas contra o uso dos gases CFC – que atacam a camada de ozônio – e de transgênicos, contudo o Greenpeace Brasil teve um papel importante na proibição do plantio e comercialização de transgênicos (ainda que a comercialização tenha sido autorizada depois) que levou à aprovação de uma lei para a rotulagem de alimentos com organismos geneticamente modificados (GREENPEACE BRASIL, 2016)

A atuação da organização no país realiza-se em três determinadas campanhas, sendo a primeira voltada para a agricultura e alimentação, no qual, o Greenpeace vem questionando a forma agrícola praticada no Brasil. Visto que, tal atividade utiliza do uso intensivo agrotóxicos e de recursos naturais, como a água e o solo, sendo assim um modelo insustentável contribuindo fortemente com as mudanças climáticas. No entanto, a agricultura brasileira depende do uso de herbicidas, fungicidas e inseticidas, sendo tais produtos aplicados de forma incontrolável, provocando assim, desequilíbrios ambientais graves, aumenta a reprodução de pragas, e reduz a produção agrícola. Portanto, diante desta atividade que produz impacto ambiental, o Greenpeace vem incentivando a população e o governo a praticarem uma agricultura segura e sustentável, rejeitando os organismos geneticamente modificados (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Com relação a segunda campanha, ela é voltada para o clima e energia, visto que, as mudanças climáticas tem provocado o aquecimento global do planeta, e que se nada for feito trará consequências catastróficas para a humanidade e para a biodiversidade. Porém, para a organização a forma para conter o aquecimento seria reduzir as emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível, através de algumas soluções, como o investimento em uma política energética inteligente, zerar o desmatamento, visto que a derrubada de árvores emitem 5,1 bilhões de toneladas de carbono por ano na atmosfera, conservar os oceanos de modo saudável, proporcionar a sociedade transportes públicos seguros e confortáveis, para que assim, possa diminuir a dependência do uso desses veículos e ao mesmo tempo a queima de combustíveis fósseis, e proteger o Ártico, que é o responsável por manter a temperatura do mundo estável, de maneira a eliminar a exploração do petróleo e a pesca industrial do local. Portanto, a ONG vem pressionando empresas e governos a moverem esforços não só para diminuir as emissões, mas desenvolver um crescimento econômico através de tecnologia que não prejudiquem o planeta (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Acerca da terceira campanha no Brasil o Greenpeace destaca-se lutando contra exploração ilegal e predatória da Amazônia, no qual, a organização vem lutando em campo para identificar as áreas destinadas aos desmatamentos como também denunciando aos responsáveis. Tal assunto será abordado mais adiante (GREENPEACE BRASIL, 2016).

A organização também contribuiu com o Brasil a levar mais a sério a questão ambiental através do discurso de sustentabilidade a agenda política. E de forma resumida colaborou com o país na implementação de compromissos internacionais, como na esfera da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA), que é mais conhecida como Rio 92, em referência ao Rio de Janeiro que abrigou a realização do evento, no qual obteve a participação de 179 países que assinaram um acordo referente a Agenda 21 Global, ou seja, um programa de ação a construção de sociedades sustentáveis; e também a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que remete a um tratado multilateral internacional voltado para proteção da diversidade biológica, entre outras contribuições que o Greenpeace Brasil ajudou o país a ter um olhar mais amplo sobre tais problemas (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Entretanto, a ONG atua diretamente no Brasil, onde, a sede brasileira da organização encontra-se em São Paulo, com escritório também em Manaus e em Brasília. Possui atualmente 35 mil colaboradores e cerca de 300 voluntários espalhados por oito capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo (GREENPEACE BRASIL, 2016).

3.2 Breve apontamentos sobre a região Amazônica

A região Amazônia que, dentre os países a mesma abrange (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil), possui 6,9 milhões de km², o Brasil ocupa cerca de 60% da bacia amazônica, onde, o bioma cobre 4,2 milhões km² de quilômetros quadrados (49% do território nacional) e se distribui por nove estados (Amazonas, Para, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amapá, parte do Tocantins e do Maranhão) (GREENPEACE BRASIL, 2016)

No entanto, a ocupação territorial nacional da Amazônia no Brasil é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal, (figura 2) nomenclatura está que refere-se a uma região 5,2 milhões de km², no qual, além do bioma amazônico abrange cerrados e o Pantanal, tal fato ocorreu em 1966 através do órgão Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que redefiniu tal região. No entanto, a mudança do nome é inserido na concepção geopolítica, consagrando a conquista fronteiriça que teve como intuito promover o desenvolvimento social e econômico da região (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Figura 2. (Mapa: bioma, Amazônia Legal e limite Panamazônica)



(GREENPEACE BRASIL, 2016)

Porém as demais regiões que circundam a Amazônia brasileira apresentam-se da seguinte forma: a Amazônia boliviana representa 824 mil Km² da Bacia Amazônica, na qual, convivem cerca de 180 mil indígenas de quase 25 grupos étnicos. A Amazônia equatoriana compreende duas regiões geográficas, a Alta Amazônia e a Planície Amazônica, sendo, habitada por nove nacionalidades indígenas. A Guiana representa o país com maior cobertura florestal nos trópicos, com cerca de 75% de área florestal, no entanto, destaca-se pela preservação das florestas, com baixos índices de desmatamentos e abundantes recursos naturais. A Amazônia peruana corresponde a um mosaico de ecossistemas associados à cordilheira dos Andes, de onde os rios amazônicos têm suas nascentes. O Suriname possui rico bioma, que inclui diversas espécies de plantas conhecidas e utilizadas na medicina. A região Amazônica na Colômbia compreende quase 30% do território, e como no Brasil, representa a área menos populosa. A Amazônia Venezuelana possui menos de 1% do total da bacia amazônica, correspondendo cerca de 20% do território do país (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Entretanto, a Amazônia brasileira merece um enfoque especial pelo percurso histórico de apropriação da área, visto que, desde meados da década de 1980, o desmatamento colocou a floresta amazônica no centro do debate ecológico, sendo, a região brasileira, a que mais atraiu atenção, já que os desmatamentos ocorridos na região se interligaram as três grandes tendências da modernização que podem conduzir ao desastre ambiental global, sendo elas, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e a perda da biodiversidade. Visto que, atualmente vive-se um momento de transformação profunda do planeta, no Brasil e na região Amazônia, que transcende a crise da modernização (D'INCAO; SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, de uma preocupação global com o meio ambiente, a Amazônia assume importância de todos e projeta-se novamente como objeto de interesse de diversos atores, os quais, independente de sua origem, advogam em favor da sua preservação ou conservação.

Sendo fundamental para o equilíbrio climático global, as florestas úmidas da Amazônia são caracterizadas por sua grande biodiversidade, rica em espécies biológicas e em ecossistemas, bem como em diversidade genética de cada espécie. No entanto, tal riqueza de biodiversidade é internacionalmente conhecida, o que não impede o ritmo de destruição a esta região, que se encontra imensamente ameaçada (D'INCAO; SILVEIRA, 2009). Assim, a Amazônia com um potencial imenso de recursos naturais, surge no século XXI como elemento de valorização ecológica, que se expressa tanto pelo conservacionismo, que busca o desenvolvimento sustentável como paradigma de exploração de riquezas, quanto pelo preservacionismo, que busca manter a fauna e a flora como capital natural para pesquisas pelos grandes

centros tecnológicos. Entretanto, dentre as perspectivas ambientalistas de conservacionismo e preservacionismo que tem como o intuito de defenderem juntos ao movimento ambientalista, os projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento da região amazônica, são cada vez mais implementados e a tendência é que continuem numa orientação conservacionista (OFTA, 2008).

Com o agravamento da crise global ambiental na década de 1980, o Brasil passou a ter um papel nas relações internacionais, porém, foi preciso que a devastação da floresta amazônica e o lamentável tratamento a questão indígena fossem contestadas em instituições financeiras internacionais, para que se passasse a perceber a existência do problema ambiental no Brasil (D'INCAO; SILVEIRA, 2009).

No entanto, observa-se que os índios, ambientalistas e ONGs ganharam maior espaço na participação pública em prol da preservação ambiental na Amazônia, visto que, foi resultado de uma transformação decorrente de um processo histórico em que o Estado e o sistema internacional foram criando condições para a atuação transnacional desses atores. Em relação às ONGs, verifica-se que há um intenso debate acerca da atuação desses grupos na região amazônica, no qual, o financiamento de algumas delas advém de governos nacionais e internacionais, assim, a presença estrangeira na Amazônia, consiste em atuar em prol dos interesses de países desenvolvidos, indo muitas vezes contra os interesses da sociedade. Contudo, os defensores, argumentam que a presença dessas organizações estrangeiras na Amazônia opera segundo padrões legais brasileiros, o que dificulta as realizações contrárias aos interesses nacionais (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Em suma, tendo em vista que a Amazônia é uma região muito rica, sendo, fundamental para o equilíbrio climático global, é necessário que haja a mobilização de recursos para abrir uma nova fase histórica na região. No entanto, para que isso ocorra, cabe ao governo brasileiro tomar a iniciativa, visto que, se a iniciativa vier do exterior, ela pode surgir como ameaça a soberania brasileira sobre aquela parte do território nacional, agir de forma direta na região sem contribuir com sua preservação (OFTA, 2008). No tocante, o desenvolvimento sustentável para a região amazônica requer um desafio grande para o Brasil, visto que, diante da crise ambiental que o mundo se encontra, decai sobre o país uma pressão ecológica, de como irá ocorrer a execução de tal desenvolvimento à manter a biodiversidade da região.

3.3 A atuação do Greenpeace para preservação da Amazônia

Em relação à Amazônia que é a maior floresta tropical do planeta, onde há um acúmulo de experiências históricas de desmatamentos, o Greenpeace encontra-se intrinsecamente ligado a esta região, visto que, a organização vem lutando em campo para identificar as áreas destinadas aos desmatamentos como também denunciando aos responsáveis. No entanto, a ONG trabalha por um modelo de desenvolvimento social e proteção ambiental, buscando uma evolução sustentável, através de uma exploração racional dos recursos da floresta, e assim, proporcionar qualidade de vida a população local. Para tanto, o Greenpeace expõe o desflorestamento feito pela indústria madeireira na Amazônia e exige instrumentos eficazes de controle por parte das autoridades (GREENPEACE BRASIL, 2016).

O Greenpeace atua no Brasil desde 1992, porém, é em 1999 que a organização anuncia ao presidente da época Fernando Henrique Cardoso que a região amazônica seria sua prioridade global. E diante deste anúncio foi inaugurado no mesmo ano o escritório em Manaus, no Amazonas. E assim, a organização passou a manter presença efetiva na região, monitorando a extração ilegal de madeira, como também mostrando de forma legítima a realidade do local (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

O desmatamento na Amazônia destrói o habitat e põe em perigo um grande número de espécies de plantas e animais nativos da área, além de que, às suas margens, vivem mais de 24 milhões de pessoas, incluindo mais de 342 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Porém a preservação da floresta amazônica, além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo qualidade de vida, ela é fundamental no equilíbrio climático global, e influencia diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina (GREENPEACE BRASIL, 2016). Então, neste sentido a região da Amazônia é realmente um patrimônio da sociedade em geral, por ser um fator estabilizador do clima global, por ter uma reserva genética imensa, e por ser uma reserva de absorção da energia solar, sendo assim, o interesse de preservar tal região deve ser de todos (D'INCAO; SILVEIRA, 2009).

Para reforçar a luta pela sobrevivência da Amazônia o Greenpeace promove discussões e manifestações, dentre as quais, pretende buscar soluções para o desenvolvimento da região amazônica baseado num modelo de preservação e no uso racional dos recursos da floresta. No entanto, o Greenpeace tem pressionado o governo para que seja feito rastreamento na área, e assim, poder ter um controle efetivo do uso da madeira na região (GREENPEACE BRASIL, 2016). Porém, por possuir alto poder simbólico, a atuação da organização destaca-

se pela forma como é realizada, no qual, a ONG utiliza frequentemente a ação direta, pesquisa alternativas para as atividades que causam graves danos a natureza, e sobre tudo influência na elaboração de políticas públicas para a região. Tal fato pode ser observado na forma como são realizadas as ações na região, na qual, ultrapassa a influência local afim de encontrar êxito na diminuição do desflorestamento (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Ao longo dos anos de movimentos em defesa preservação da Amazônia o Greenpeace tem vitórias para comemorar, entre elas, em 1996 muitas madeireiras se instalaram no Brasil, e a progressiva exploração dessas companhias estrangeiras fez com que a organização desenvolvesse um relatório chamado “À Margem da Lei”, que entregava crimes de exploração madeireira fraude fiscal, e exportação ilegal de toras, e diante das denúncias as companhias reduziram tal prática em solo brasileiro e em pouco mais de dois anos em razão da pressão da organização juntamente da comunidade local a maior parte das madeireiras malaias removeram suas atividades do país (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Outra vitória foi o fim da exploração do mogno, no qual, em 2001 através de uma decisão histórica, no qual, a CITES (Convention on International Trade in Endangered) que refere-se a um acordo que envolve 180 países com o objetivo de assegurar o comércio de plantas e animais que estão em perigo de extinção, incluiu o mogno no denominado Anexo II impondo que a comercialização da espécie deverá ser feita de modo legal e sustentável, porém só em 2003 o Brasil enxergou o problema, de modo que o presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva, através de um decreto, estabeleceu que a utilização do mogno só irá acontecer por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável adequados as exigências da CITES. Entretanto, foi necessário quatro anos de trabalho o Greenpeace para que a exploração de uma das mais nobres madeiras da Amazônia fosse resolvida (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Mais uma conquista foi a criação da unidade de conservação de um município brasileiro Porto Móz, visto que na região ocorria um conjunto de violência contra trabalhadores do campo, e de exploração ilegal de madeiras, e tal ocorrência fez com que a ONG atuasse em mais uma campanha que foi a criação da reserva extrativista Verde para Sempre, no entanto, foram mais de quatro anos, até que o então presidente Lula notificou em 2004 o surgimento de decretos que oficializaram a reserva. Esta ação garantiu a proteção de 2 milhões de hectares de floresta tropical e o sustento de mais de 22 mil pessoas que vivem do extrativismo na região (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Em 2004 mais um êxito da organização que foi a demarcação da terra indígena dos Deni, em que numa busca sobre a extração ilegal de madeira pelo Amazonas o Greenpeace descobriu que uma madeireira da Malásia, a WTK, tinha comprado 313 mil hectares de flo-

resta, no qual, quase 50% da região se sobrepunha a as terras que pertenciam ao povo indígena Deni, sabendo disso, os Deni decidiram que, independentemente da decisão do governo à área seria demarcada, porém, o poder público não agiu. E com a ajuda da ONG, em 2001 os indígenas iniciaram a demarcação, e com isso, depois de muita pressão pública e exposição da imprensa surgiu a vitória, no qual, em 2003 foi feita a demarcação oficial com o selo do governo federal e em 2004 o então presidente Lula deu a determinação final, e desde então a exploração e mineração industrial de madeira estão proibida na região. No entanto, apesar de muitos avanços o ritmo de desmatamento na Amazônia ainda é alarmante, diante disto os desafios em conter esta atividade ilegal continua para o Greenpeace (GREENEPACE BRASIL, 2016)

Em busca de um modelo que combine desenvolvimento social e proteção ambiental o Greenpeace vem promovendo soluções sendo elas voltadas para, a regularização fundiária, visto que, é dever do Estado definir quem tem o direito de posse da terra, e assim, torna-se necessário realizar o mapeamento das propriedades privadas para que se possa contribuir com o monitoramento de novos desmatamentos e responsabilizar toda cadeia produtiva pelos crimes ambientais que ocorrem; as áreas protegidas, que são legalmente asseguradas por unidades de conservação, terras indígenas e áreas militares, porém ainda continua a ser alvo de criminosos, e assim, torna-se necessário a efetivação de leis; o desmatamento zero, e para isto, em parcerias com outras organizações, o Greenpeace lançou um projeto de lei de iniciativa popular para acabar com a destruição de nossas florestas, no qual, pretende-se preservar as matas nativas e caminhar para um desenvolvimento verde e sustentável (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Contudo, o projeto de Lei de Iniciativa Popular pelo Desmatamento Zero é o primeiro passo para o futuro do Brasil, visto que, de acordo com a organização, ao zerar o desmatamento na Amazônia, o país estará contribuindo em diminuir o ritmo do aquecimento global, como também, assegurar a biodiversidade através do uso responsável deste patrimônio e assim beneficiar a população local. De acordo com a entidade a iniciativa já conquistou o apoio de 1 milhão de brasileiros, fato este, que contribui mais do que nunca a salvar o que o Brasil tem mais de precioso. Em suma, para que essas medidas tornem-se eficazes o governo precisa estar na Amazônia com os recursos e infraestrutura necessário para que possa ser de fato realizadas as leis de preservação (GREENPEACE BRASIL, 2016).

Entretanto, com relação ao projeto de desmatamento zero que iniciou com uma simples petição e tornou-se um grande movimento com o apoio de mais de um milhão de pesso-

as, a um pouco mais de um ano ela foi entregue ao Congresso Nacional, e recentemente foi aberta a consulta pública, no qual todos podem participar. Ou seja, tal projeto foi introduzido no *Wikilegis*, que trata de uma ferramenta de consulta pública na Câmara dos Deputados que permite a participação da sociedade na elaboração das leis. Sendo assim, uma boa notícia, pelo fato que significa que o tema está avançando no Congresso e também por ser uma oportunidade para se conhecer mais sobre o processo legislativo e participar ativamente dele (GREENPEACE BRASIL, 2016)

Logo, conclui-se que o Greenpeace vem realizando campanhas específicas na Amazônia, na busca de sensibilizar a opinião pública, sendo expressas na mídia internacional, através de suas táticas midiáticas, que são ferramentas essenciais para regularização ambiental deste território. Visto que, dessa forma a organização vem conseguindo além do reconhecimento emergente do problema, estimular a população da importância de contribuir com o fim da destruição da floresta Amazônia (GREENPEACE BRASIL, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal intenção deste trabalho foi apresentar inicialmente a descrição e contexto histórico das organizações internacionais, e assim, entender seu papel no cenário global, visto que, ambas exprimem novos modos de pensar a realidade social e sobre ela agir. Ao mesmo tempo, essas entidades são atores centrais do sistema internacional, onde, ideias circular, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, ou seja, as OIs são atores, uma vez que adquirem relativa autonomia em relação aos Estados-membro, elaboram políticas e projetos próprios, além de poderem ter personalidade jurídica, de acordo com o direito internacional público.

No entanto, concentrou-se no papel de um tipo particular da sociedade civil global ou seja, as ONGs, que são entidades registradas sem fins lucrativos em cada Estado onde atuam de acordo com a legislação internacional. Entretanto, em específico a atuação de uma das maiores ONGs contemporâneas, como também uma das mais carismáticas, ou seja, o Greenpeace. Logo, esta entidade surgiu em 1971, no Canadá, através de um grupo de ativistas que promoviam campanhas para impedir testes nucleares no Pacífico, tal atitude despertou a atenção da população local e de diversos grupos, e foi um sucesso.

Portanto, esta vitória influenciou o surgimento de outras organizações internacionais, assim como o desenvolvimento de outras campanhas, e tais atitudes contribuíram e colocaram o Greenpeace em evidência na mídia internacional, de forma a cooperar com o seu caráter de atuação global que hoje possuem. Sua atuação está relacionada a questões de preservação da natureza em âmbito global, no qual, são realizadas campanhas de acordo com as necessidades de cada país, de forma a chamar a atenção do público em diversas áreas do mundo. Em relação as campanhas realizadas internacionalmente pela entidade, o Greenpeace definiu como propósito do seu trabalho os seguintes temas: clima e energia, florestas, oceanos, agricultura sustentável (transgênicos), tóxicos e desarmamentos/ promoção da paz.

Diante do seu papel voltado para questões ambientais e assim, e para contribuir com o estudo, este trabalho inseriu a sua relevante atuação na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. E visto que, 60 % da região está presente no Brasil, é enfatizado a presença da ONG no país, no qual, é relatado como a organização chega ao Brasil, e também em relação a suas campanhas, que além das campanhas sobre a agricultura e alimentação, clima e energia o Greenpeace destaca-se no país pela sua luta contra exploração ilegal e predatória na Amazônia.

E a partir do estudo voltado para a região da Amazônia, é compreendido que as ações do Greenpeace estão relacionadas a questões de preservação da natureza em âmbito global, e tratando-se desta região, em que a entidade está particularmente ligada, no qual, a mesma, vem lutando para identificar as áreas de desmatamentos, como também vem realizando campanhas, de forma a chamar a atenção do público, para o reconhecimento emergente do problema. Visto que, tão região merece um enfoque especial em consequência do percurso histórico de apropriação da área.

Contudo, o trabalho mostra que a ONG realiza sua tarefa na região através de campanhas, no qual, são expostos os desflorestamentos ocorridos, a fim de buscar a sensibilização da opinião pública, como também são denunciados tais atos aos responsáveis contribuindo assim com o fim da destruição da floresta Amazônia.

REFERÊNCIAS

D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2 edição. Belém- Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: O terceiro setor na América Latina**. 2 edição. Rio de Janeiro- RJ: Dumará Distribuidora de Publicações, 1994.

GREENPEACE ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/argentina/es/>> Acesso em: 08 novembro 2016.

GREENPEACE ÁFRICA DO SUL. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/africa/en/>> Acesso em: 08 novembro 2016.

GREENPEACE BRASIL. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>> Acesso em: 12 novembro 2016.

GREENPEACE CANADÁ. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/canada/en/home/>> Acesso em: 08 de novembro.

GREENPEACE INTERNACIONAL: Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/>> Acesso em: 08 novembro 2016.

GREENPEACE MÉXICO: Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/mexico/es/>> Acesso em: 08 novembro de 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: Histórias e práticas**. 7º edição. Rio de Janeiro- RJ: Elsevier, 2004.

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Alfaia. **O impacto da atuação das organizações não- governamentais transnacionais na elaboração de políticas públicas do Estado brasileiro para a região amazônica**. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional e Comparada) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2008.

Landim, Leilah. **A invenção das ONGS: Do serviço invisível profissão impossível (1993)**. Disponível em: <
<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20inven%E7%E3o%20das%20ONGs.pdf>>. Acesso em: 28 setembro 2016.

Luca, Camila de Almeida. **O Terceiro Setor na Economia Brasileira (2008)**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292158>> Acesso em: 28 setembro, 2016.

CRETELLA NETO, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 3 edição. São Paulo- SP: Saraiva, 2013.

PERÓN, Alcides Eduardo dos Reis *et al.* Apresentação: Amazônia em uma Nova Problemática. In: OBSERVATÓRIO DE FENÔMENOS TRANSNACIONAIS NAS AMÉRICAS (OFTA). **Caderno Especial Amazônia OFTA-SAEI (2008)**. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7JOii-9HAXoZXNtZmgyU3NqMk0/edit>>. Acesso em: 28 outubro 2016.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 5º edição. Porto Alegre-RS: Livraria do advogado, 2012.